



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2026 - COMPRASGOV N.º 90088/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO:</b>	0820.007399.00006/2024-21
<b>ÓRGÃO CONTRATANTE:</b>	<b>Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC</b>
<b>UASG:</b>	<b>927996</b>
<b>MODALIDADE:</b>	<b>PREGÃO</b>
<b>FORMA:</b>	<b>ELETRÔNICO</b>
<b>SRP:</b>	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>MENOR PREÇO POR ITEM</b> <input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>ABERTO</b>
<b>VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
<b>VALOR ORÇADO:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)</b>	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[ ] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	31/03/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09hs:15min
PERÍODO DE RETIRADA:	12/03/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Sandra Maria Nunes Barbosa
DECRETO NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços profissionais de especialista para elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE dos principais setores de produção do Acre, nos anos base de 2018 a 2022, definindo as metas para o setor florestal do Acre.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta de Contrato

**Anexo III:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

2.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

2.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

2.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

2.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

2.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

### 3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

3.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

3.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

3.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

3.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos

casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.

3.4. O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7. O disposto nos itens **3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

#### 4. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

4.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

4.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

#### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 5.4 ou 5.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 5.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. **Valor total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.
- 6.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **item 6.5**.
- 6.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances,

ensajarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **7. DA SESSÃO PÚBLICA**

7.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;

II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;

III - divulgação do resultado da habilitação;

IV - disputa entre os licitantes habilitados;

V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;

VI - divulgação do resultado do julgamento; e

VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

7.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

8.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

8.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual nº. 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).



8.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

8.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

8.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

8.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

8.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

8.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 8.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
  - 8.21.2. empresas brasileiras;
  - 8.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 8.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 8.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 8.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 8.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 8.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
    - 8.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
  - 8.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
  - 8.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 8.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
  - 8.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
  - 8.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
    - 8.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 8.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo III deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 8.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 8.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 8.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
  - 8.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.
- 8.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão,



ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

8.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

9.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

9.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

9.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

9.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

9.5. **Será desclassificada a proposta que:**

9.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

9.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

9.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

9.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

9.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

9.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

9.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

9.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

9.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

9.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

9.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

9.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

9.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

9.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

9.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual

ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

10.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

10.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

### 10.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

### 10.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

### 10.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
  - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### 10.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas nos ITENS 8.2 e 8.3 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

10.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

10.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo

originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

10.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

10.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

10.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

10.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

10.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

10.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

10.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

10.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

10.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

10.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

10.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **11. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

11.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

11.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

11.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

11.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

11.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou

em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

11.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

11.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

11.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

12.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

12.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

12.3. A apreciação se dará em fase única; e

12.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

12.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

12.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

12.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

12.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

12.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

12.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

13.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

13.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

13.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

13.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

## 14. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Não se aplica.

- 15. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**
- 15.1. Não se aplica.
- 16. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 16.1. Será permitido a subcontratação, conforme está disposto no **ITEM 21** do Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**
- 17.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 18. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**
- 18.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- 19.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no **ITEM 20** do Termo de Referência Anexo I deste Edital
- 20. DO TERMO DE CONTRATO**
- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 21. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**
- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.
- 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 22.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.
- 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 23.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.
- 23.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.
- 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 24.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.
- 24.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).
- 24.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).
- 24.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório,

conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

24.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

24.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

24.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

24.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório

24.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

24.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

24.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

24.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

24.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).

24.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

**Adriano Santos da Silva**

Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 11/03/2026, às 11:12, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019796547** e o código CRC **CFE97B0E**.



## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9/2026/IMC - DIVCCC

Processo nº 0820.007399.00006/2024-21

<b>Unidade Administrativa Solicitante:</b>	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - <b>IMC</b>
<b>Unidade Orçamentária:</b>	720.215
<b>Licitação/Modalidade/Contratação:</b>	( ) Dispensa ( ) Inexigibilidade ( ) Pregão Presencial <b>(X) Pregão Eletrônico</b> ( ) Tomada de Preços ( ) Concorrência ( ) Convite ( ) Adesão ( ) Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC
<b>Se Pregão/ou Concorrência é Registro de Preços:</b>	( ) Sim <b>(X) Não</b>
<b>Tipo de Licitação:</b>	<b>(X) Menor Preço por item</b> ( ) Menor Preço por Lote ( ) Melhor Técnica ( ) Melhor Técnica e Preço
<b>Regime de Execução:</b>	( ) Empreitada por Preço Unitário <b>(X) Empreitada por Preço Global</b> ( ) Execução por Tarefa ( ) Empreitada Integral
<b>Descrição de Categoria de Investimento:</b>	( ) Capacitação; ( ) Equipamento de Apoio; ( ) Equipamento de TI; <b>(X) Consultoria/Auditoria/Assessoria</b> ; ( ) Despesa de Custeio; ( ) Bens de Consumo; ( ) Material Permanente; ( ) Despesa de Capital; ( ) Contratação de Empresa

#### 1. OBJETIVO

1.1. Estabelecer diretrizes e metodologias para a realização de um diagnóstico preciso e abrangente das Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (GEE) durante o período base 2018 a 2022, em forma de Inventário, dos principais setores de produção do Acre visando aprimorar a gestão ambiental, servindo de base para a definição de metas para setor florestal, e contribuir para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no combate às mudanças climáticas

#### 2. OBJETO

2.1. Contratação de serviços profissionais de especialista para elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE dos principais setores de produção do Acre, nos anos base de 2018 a 2022, definindo as metas para o setor florestal do Acre.

### 3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. O primeiro inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Acre foi realizado em 2010, como parte das iniciativas do estado para monitorar e reduzir suas emissões de gases do efeito estufa. Desde então, o inventário tem sido determinante para acompanhar a evolução das emissões e auxiliar na tomada de decisões para mitigar as mudanças climáticas. O inventário é elaborado a partir de uma metodologia estabelecida pelas Diretrizes para Inventário Nacional de Gases do Efeito Estufa (2006) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

3.2. O último inventário de emissões de GEE do Acre foi publicado em 2022, referente ao ano de 2016. Segundo o documento, o setor agropecuário foi o principal emissor de GEE no estado, representando cerca de 74% do total. O desmatamento e a queima de combustíveis fósseis também são fontes significativas de emissões.

3.3. O governo do Acre tem implementado diversas medidas para reduzir as emissões de GEE no Estado, incluindo incentivos à produção sustentável, ações de conservação ambiental e uso de fontes de energia renovável. O inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE é uma ferramenta importante para acompanhar o progresso dessas ações e identificar áreas que necessitam de maior atenção. Além de que será possível estimar as emissões de gases de efeito estufa em cada setor de produção e identificar as principais fontes de emissão.

3.4. Com base nessas informações, serão propostas medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para cada setor produtivo do Estado, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa e tornar a produção do estado do Acre mais sustentável e resiliente.

### 4. ATIVIDADES ESTABELECIDAS

4.1. O consultor deverá desempenhar as seguintes atividades, que serão executadas em formato de relatórios técnicos:

4.1.1. **Identificação das Fontes e Setores de Emissão de GEE:** Identificar as fontes e os setores de emissão de GEE no Estado do Acre, considerando diferentes atividades, como agropecuária, indústria, transporte, energia e uso da terra;

4.1.2. **Quantificação das Emissões de GEE:** Quantificar as emissões de GEE em cada setor, utilizando metodologias reconhecidas internacionalmente e considerando as particularidades da região amazônica;

4.1.3. **Avaliação da Capacidade de Sequestro de Carbono:** Avaliação da capacidade de sequestro de carbono das florestas e outros ecossistemas no estado, de forma a quantificar as remoções de GEE;

4.1.4. **Identificação e Avaliação das Medidas de Mitigação:** Identificar as principais medidas de mitigação já implementadas no estado e avaliar sua efetividade na redução das emissões de GEE;

4.1.5. **Proposição de Medidas de Mitigação Adicionais:** Propor medidas de mitigação adicionais, considerando a adequação técnica, econômica e social, para reduzir as emissões de GEE e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre;

4.1.6. **Capacitação e Treinamento da Equipe Técnica:** Realizar capacitação e treinamento para a equipe técnica do Estado do Acre, garantindo que todos estejam capacitados para a realização dos próximos inventários de gases de efeito estufa;

4.1.7. **Impressão de Exemplares do Inventário:** Impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.

### 5. PRODUTO A SER ENTREGUE

5.1. **PRODUTO 1:** Um Relatório completo, que apresente informações detalhadas sobre as emissões e remoções de GEE no Estado do Acre durante os anos base de 2018 a 2022, dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre. Especificamente, o relatório deve conter:

5.1.1. Introdução: Descrição do contexto do inventário, justificativa e objetivos do estudo;

5.1.2. Metodologia: Detalhamento das metodologias utilizadas para a coleta, análise e interpretação dos dados, incluindo o estabelecimento de limites geográficos e temporais, as fontes de dados, as equações de cálculo e as incertezas associadas;

5.1.3. Resultados: Apresentação dos dados de emissões e remoções de GEE por setor, identificação das principais fontes de emissão e remoção, análise das tendências temporais, comparação com inventários anteriores;

5.1.4. Análise e discussão: Interpretação dos resultados, avaliação da efetividade das políticas de mitigação em vigor, identificação das principais oportunidades e desafios para a redução das emissões de GEE no estado, buscando a definição das metas do setor florestal.

5.2. **PRODUTO 2:** Capacitação e Treinamento - relatório detalhado das atividades de capacitação e treinamento realizadas para a equipe técnica do Estado do Acre. Especificamente, o relatório deve conter:

5.2.1. Plano de Capacitação: Descrição dos objetivos da capacitação, público-alvo, cronograma, conteúdos programáticos e metodologias de ensino a serem utilizadas.

5.2.2. Material Didático: Apresentação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos desenvolvidos e utilizados durante a capacitação, incluindo apostilas, apresentações, vídeos, estudos de caso, entre outros.

5.2.3. Realização das Atividades de Capacitação: Descrição das atividades de capacitação realizadas, incluindo

palestras, workshops, seminários e sessões práticas, com detalhamento dos conteúdos abordados e das dinâmicas de grupo realizadas.

5.2.4. Avaliação da Capacitação: Descrição dos métodos de avaliação utilizados para medir o aprendizado dos participantes e a eficácia da capacitação, incluindo resultados de testes, questionários de feedback e observações qualitativas.

5.2.5. Certificação: Descrição do processo de certificação dos participantes que concluíram com sucesso a capacitação, incluindo a emissão de certificados de participação e/ou competência.

5.2.6. Recomendações: Propostas de ações futuras para garantir a continuidade do desenvolvimento das capacidades técnicas da equipe do Estado do Acre, com sugestões para treinamentos adicionais, atualizações periódicas e mecanismos de suporte técnico.

5.3. **PRODUTO 3:** Impressão de 300 Exemplares do Inventário - Impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE com as seguintes características:

5.3.1. Qualidade de Impressão: Alta resolução, com cores vivas e bem definidas, garantindo uma experiência de leitura agradável e sem distorções.

5.3.2. Acabamento: Utilização de capas resistentes, com opções de laminação ou verniz, para proteção e durabilidade.

5.3.3. Papel de Qualidade: Escolha de papel adequado ao tipo de livro, como papel offset de alta gramatura para livros de texto ou papel couchê para livros ilustrados.

5.3.4. Encadernação: Uma encadernação segura, que permita abrir o livro sem danificar o miolo, seja com costura ou colagem de alta qualidade.

5.4. **Especificações Técnicas da Impressão:**

5.4.1. Quantidade: 300 (trezentos) exemplares.

5.4.2. Formato Final: A4 ( 210x297mm) ou fechado 21x28cm (conforme projeto gráfico).

5.4.3. Miolo: Aproximadamente [X] páginas (definir estimativa), impressas em Papel Couché Fosco 115g/m² ou Offset 90g/m², impressão 4x4 cores (colorido frente e verso), com alta resolução (mínimo de 300 DPIs).

5.4.4. Capa: Papel Couché Brilho ou Fosco 250g/m² ou 300g/m², impressão 4x0 cores (colorido apenas frente).

5.4.5. Acabamento de Capa: Laminação fosca (proporciona maior durabilidade e resistência a digitais) ou Verniz Localizado (para destacar o título/logotipos).

5.4.6. Encadernação: Tipo Brochura (PUR ou hot-melt) com vinco, garantindo que as folhas não se soltem com o manuseio constante, ou costurado a linha (caso o volume de páginas seja muito alto).

5.5. **Serviços de Pré-impressão (Obrigatórios):**

5.5.1. Projeto Gráfico e Diagramação: A contratada deverá realizar a diagramação profissional do conteúdo, incluindo criação de infográficos, tabelas e mapas climáticos que facilitem a compreensão visual dos dados.

5.5.2. Revisão Textual: Revisão ortográfica e gramatical completa antes da impressão.

5.5.3. Boneco de Prova: Entrega de 01 (um) exemplar de prova (boneco) físico para aprovação final do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (IMC) antes da rodagem da tiragem total.

## 6. **DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas decorrentes das contratações do objeto correrão por conta dos recursos consignados no **Programa de Trabalho:** 18541146011400000; **Elemento de Despesas:** 33.90.35.00 (Serviços de Consultoria); **Fonte de Recursos:** 2.703.0202 - Fundo Amazônia II

6.2. **Dos Custos**

6.2.1. No preço serão computados todos os impostos, taxas, fretes e demais despesas que, direta ou indiretamente tenham relação com o objeto do contrato, isentando a Administração de quaisquer ônus por despesas decorrentes

## 7. **DA FORMA DE APRESENTAÇÃO E ENTREGA DO OBJETO**

7.1. Os produtos referentes aos serviços objeto deste Termo de Referência serão acompanhados, revisados e aprovados pela equipe técnica do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC e deverão ser apresentados considerando as seguintes diretrizes:

7.2. O consultor apresentará uma versão preliminar dos produtos (Relatório do Inventário de Emissões e Relatório de Capacitação) para análise inicial. A apresentação será realizada em uma reunião virtual onde o consultor destacará os principais pontos e receberá feedback imediato da equipe técnica. O produto preliminar deverá ser entregue em formato Word for Windows e PDF em formato digital;

7.3. Após a análise da equipe técnica será fornecido um relatório de feedback detalhado apontando áreas que necessitam de adequação. O consultor terá 15 (quinze) dias para realizar as adequações solicitadas sem qualquer ônus adicional. Uma reunião de revisão será agendada para discutir as alterações feitas e assegurar que todas as questões foram abordadas adequadamente;

7.4. Após a aprovação das adequações o consultor entregará a versão final dos produtos em formato Word for Windows e PDF em formato digital. Uma apresentação final será realizada preferencialmente presencial com a participação da equipe técnica para validar os resultados e discutir as implicações práticas;

7.5. Será exigido rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas consistência das informações justificativas de resultados e texto isento de erros de português, inglês e de digitação;

7.6. A capacitação será realizada por meio de workshops interativos com a utilização de recursos multimídia (apresentações vídeos estudos de caso) para engajar os participantes. Serão realizados exercícios práticos e simulações para garantir que a equipe técnica do Estado do Acre esteja bem treinada. Um relatório detalhado das atividades de capacitação incluindo avaliações e feedback dos participantes será apresentado em formato Word for Windows e PDF;

7.7. A divulgação integral dos produtos só poderá ser feita mediante permissão prévia por escrito do Gestor do IMC. Será organizada uma sessão de comunicação pública (webinar) para apresentar os principais resultados e recomendações a um público mais amplo sujeito à aprovação do IMC.

7.8. Todos os documentos incluindo a versão final dos relatórios e materiais de capacitação serão entregues em formato digital (Word for Windows e PDF) ao IMC. O consultor também fornecerá uma cópia física encadernada dos relatórios finais para arquivo no IMC. A entrega final será formalizada com a assinatura de um termo de recebimento pelos responsáveis do IMC confirmando que todos os requisitos foram atendidos.

7.9. Quanto à impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE, os livros serão impressos com alta qualidade de resolução, cores vivas e bem definidas, utilizando capas resistentes com opções de laminação ou verniz para proteção e durabilidade. O papel escolhido será adequado ao tipo de livro, com encadernação segura que permita abrir o livro sem danificar o miolo. O tamanho padrão será de 14 x 21 cm, permitindo um bom aproveitamento do papel. Os exemplares serão entregues até 30 dias após a aprovação da versão final do inventário.

## **8. REQUISITOS TÉCNICOS**

### **8.1. METODOLOGIA**

8.1.1. A metodologia a ser utilizada na elaboração dos inventários é a estabelecida pelas Diretrizes para Inventário Nacional de Gases do Efeito Estufa (2006) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

8.1.2. A metodologia é compatível com a norma ABNTNBR ISO 14064, que especifica princípios e requisitos no âmbito das organizações para a quantificação e para a elaboração de relatórios de emissões e remoções de GEE, incluindo determinações para o projeto, o desenvolvimento, o gerenciamento, a elaboração de relatórios e a verificação de inventários de GEE nas organizações.

### **8.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA**

8.2.1. A contratada deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa.

8.2.2. Experiência comprovada na elaboração de Inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE);

8.2.3. Conhecimento das metodologias de elaboração de Inventários de GEE, com as diretrizes do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas);

8.2.4. Conhecimento sobre as emissões de GEE associadas aos setores de produção, como agropecuária, energia, transporte, indústria e resíduos;

8.2.5. Conhecimento sobre as políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e às emissões de GEE no Brasil e no mundo;

8.2.6. Conhecimento sobre as ferramentas e tecnologias disponíveis para monitoramento e quantificação de emissões de GEE;

8.2.7. Conhecimento em políticas públicas e em gestão ambiental;

8.2.8. Experiência de atuação na Amazônia;

### **8.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS**

8.3.1. Considerando que o presente objeto é um serviço técnico de Engenharia Ambiental a empresa deverá apresentar a qualificação técnica da equipe: currículo e formação superior em área compatível, garantindo o devido registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de pelo menos um dos membros da Equipe, no CREA/AC ou no CREA sede da Empresa;

8.3.2. Especialização ou Mestrado em áreas relacionadas à conservação, meio ambiente, mudanças climáticas, economia, gestão de recursos naturais, monitoramento da biodiversidade, políticas públicas ou áreas afins;

8.3.3. A empresa deverá apresentar a qualificação técnica da equipe: currículo e formação superior em área compatível com o objeto da contratação, bem como a indicação do Responsável Técnico pelos Relatórios Finais;

8.3.4. Prova do registro dos profissionais integrantes da Equipe Técnica no respectivo Conselho de Classe, à exceção dos profissionais que não possuem Conselho de Classe;

## **9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira:

## **10. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 10.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 10.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- 10.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- 10.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 10.5. Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.6. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

## **11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- 11.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal – SRF e Certidão quanto à Dívida Ativa da União emitida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN), e com a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 11.2. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado, emitida pela Procuradoria da Fazenda Estadual da Secretaria da Fazenda, comprovando sua regularidade com a Fazenda Estadual.
- 11.3. Prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- 11.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

## **12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA,**

- 12.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 12.2. Balanço patrimonial e a demonstração de resultado contábil do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação, devidamente assinados pelo proprietário e profissional de contabilidade e/ou Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.
- 12.3. O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas tributadas com base no lucro real que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- 12.4. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido de no mínimo a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei n.º 14.133/2021](#).

## **13. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

- 13.1. Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:
  - 13.1.1. Razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, CPF, RG e cargo na empresa, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;
  - 13.1.2. Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
  - 13.1.3. Preço unitário e total de cada item, de acordo com os preços praticados no mercado, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes neste Termo de Referência.
  - 13.1.4. Declaração expressa preferencialmente nos seguintes termos: os preços ofertados englobam todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

## **14. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

14.1. O cronograma de desembolso deverá seguir proporcionalidade da entrega das atividades / produto e a porcentagem estipulada de acordo com o quadro abaixo:

ITEM	ATIVIDADES / PRODUTOS	PRAZO DE ENTREGA	DESEMBOLSO EM %
1	<b>Identificação das Fontes e Setores de Emissão de GEE:</b> Identificar as fontes e os setores de emissão de GEE no Estado do Acre, considerando diferentes atividades, como agropecuária, indústria, transporte, energia e uso da terra	Até 30 dias após a Ordem de Serviço	20%
2	<b>Quantificação das Emissões de GEE:</b> Quantificar as emissões de GEE em cada setor, utilizando metodologias reconhecidas internacionalmente e considerando as particularidades da região amazônica		
3	<b>Identificação e Avaliação das Medidas de Mitigação:</b> Avaliar a capacidade de sequestro de carbono das florestas e outros ecossistemas no estado, de forma a quantificar as remoções de GEE		
4	Identificar as principais medidas de mitigação já implementadas no estado e avaliar sua efetividade na redução das emissões de GEE		
5	<b>Proposição de Medidas de Mitigação Adicionais:</b> Propor medidas de mitigação adicionais, considerando a adequação técnica, econômica e social, para reduzir as emissões de GEE e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre	De 30 até 60 dias após a Ordem de Serviço	20%
6	<b>Capacitação e Treinamento da Equipe Técnica:</b> Realizar capacitação e treinamento para a equipe técnica do Estado do Acre, garantindo que todos estejam capacitados para a realização dos próximos inventários de gases de efeito estufa	De 30 até 120 dias após a Ordem de Serviço	20%
7	<b>Impressão de Exemplares do Inventário:</b> Impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE, com as características constantes no item 5.3	De 60 até 120 dias após a Ordem de Serviço	20%
8	<b>Relatório Geral</b> - Relatório completo, que apresente informações detalhadas sobre as emissões e remoções de GEE no Estado do Acre durante os anos base de 2018 a 2022, dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre, conforme item 5.1	De 60 até 120 dias após a Ordem de Serviço	20%
9	<b>Relatório de Capacitação e Treinamento</b> - Relatório detalhado das atividades de capacitação e treinamento realizadas para a equipe técnica do Estado do Acre. Especificamente, conforme item 5.2	De 60 até 120 dias após a Ordem de Serviço	
<b>TOTAL</b>			<b>100%</b>

14.2. A CONTRATADA entregará a Fatura referente ao objeto deste CONTRATO/EMPENHO, acompanhadas das certidões atualizadas conforme relação seguinte:

14.2.1. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

14.2.2. Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

14.2.3. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;

14.2.4. Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;

14.2.5. Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;

14.2.6. Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;

14.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

## 15. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)



15.1. Para os serviços discriminados neste termo, tem como referência o preço médio de mercado, conforme tabela abaixo.

Item	Descrição do Item (Objeto)	Tipo	Quantidade	Medida	Valor (R\$)	
					Unitário	Total
01	<b>PRODUTO 1:</b> Relatório completo, que apresente informações detalhadas sobre as emissões e remoções de GEE no Estado do Acre durante os anos Base de 2018 a 2022, dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre	Serviço / Bens	01	UND		
02	<b>PRODUTO 2:</b> Capacitação e Treinamento - relatório detalhado das atividades de capacitação e treinamento realizadas para a equipe técnica do Estado do Acre.	Serviço / Bens	01	UND		
03	<b>PRODUTO 3:</b> Contratação de serviços gráficos especializados para criação, impressão e reprografia, com a produção de 300 exemplares personalizados.	Serviço / Bens	01	UND		
VALOR TOTAL						R\$

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

16.1. A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do contrato, observado as determinações contidas na legislação pertinentes

16.2. O prazo para execução dos serviços contidos nestes Termos de Referência é de três (3) meses a contar da Ordem de Serviço, devendo os produtos especificados nos itens 4 e 5 ser entregues conforme prazos constantes no Cronograma sugerido a seguir:

ITEM	PRODUTO	ATIVIDADES	MESES			
			1º	2º	3º	4º
1	<b>PRODUTO 1:</b> Relatório completo, que apresente informações detalhadas sobre as emissões e remoções de GEE no Estado do Acre durante os anos Base de 2018 a 2022, dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre	Identificar as fontes e os setores de emissão de GEE no Estado do Acre, considerando diferentes atividades, como agropecuária, indústria, transporte, energia e uso da terra	X			
2		Quantificar as emissões de GEE em cada setor, utilizando metodologias reconhecidas internacionalmente e considerando as particularidades da região amazônica	X			
3		Avaliar a capacidade de sequestro de carbono das florestas e outros ecossistemas no estado, de forma a quantificar as remoções de GEE		X		
4		Identificar as principais medidas de mitigação já implementadas no estado e avaliar sua efetividade na redução das emissões de GEE		X		
5		Propor medidas de mitigação adicionais, considerando a adequação técnica, econômica e social, para reduzir as emissões de GEE e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre		X	X	
6	<b>PRODUTO 2:</b> Capacitação e Treinamento - relatório detalhado das atividades de capacitação e treinamento realizadas para a equipe técnica do Estado do Acre. Especificamente, o relatório deve conter:	Plano de Capacitação: Descrição dos objetivos da capacitação, público-alvo, cronograma, conteúdos programáticos e metodologias de ensino a serem utilizadas	X			
7		Material Didático: Apresentação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos desenvolvidos e utilizados durante a capacitação, incluindo apostilas, apresentações, vídeos, estudos de caso, entre outros		X		
8		Realização das Atividades de Capacitação: Descrição das atividades de capacitação realizadas, incluindo palestras, workshops, seminários e sessões práticas, com detalhamento dos conteúdos abordados e das dinâmicas de grupo realizadas			X	
9		Avaliação da Capacitação: Descrição dos métodos de avaliação utilizados para medir o aprendizado dos participantes e a eficácia da capacitação, incluindo resultados de testes, questionários de feedback e observações qualitativas			X	

10		Certificação: Descrição do processo de certificação dos participantes que concluíram com sucesso a capacitação, incluindo a emissão de certificados de participação e/ou competência				X
11		Recomendações: Propostas de ações futuras para garantir a continuidade do desenvolvimento das capacidades técnicas da equipe do Estado do Acre, com sugestões para treinamentos adicionais, atualizações periódicas e mecanismos de suporte técnico				X
12		Qualidade de Impressão: Alta resolução, com cores vivas e bem definidas, garantindo uma experiência de leitura agradável e sem distorções				X
13	<b>PRODUTO 3:</b> Contratação de serviços gráficos especializados para criação, impressão e reprografia, com a produção de 300 exemplares personalizados.	Acabamento: Utilização de capas resistentes, com opções de laminação ou verniz, para proteção e durabilidade				X
14		Papel de Qualidade: Escolha de papel adequado ao tipo de livro, como papel offset de alta gramatura para livros de texto ou papel couchê para livros ilustrados				X
15		Encadernação: Uma encadernação segura, que permita abrir o livro sem danificar o miolo, seja com costura ou colagem de alta qualidade				X

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. Indicar a equipe técnica e os respectivos profissionais responsáveis pelo inventário de EGEE;
- 17.2. Reunir-se com a Contratante, conforme necessidade da execução contratual (reunião virtual);
- 17.3. Cumprir as etapas do plano de trabalho;
- 17.4. Realizar as atividades e entregar os produtos especificados neste Termo de Referência;
- 17.5. Manter as condições de habilitação durante a execução do Contrato;
- 17.6. Fornecer material novo e de boa qualidade para assessorar a prestação dos serviços a serem contratados, em estrita conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;
- 17.7. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários por esta Controladoria;
- 17.8. A CONTRATADA, no ato do pagamento tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;
- 17.9. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do Contratante ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 17.10. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;
- 17.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 17.12. Responsabilizar-se pela garantia do Objeto, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 17.13. Entregar o objeto contratado com manutenção em dia;
- 17.14. Responsabilizar-se única e exclusivamente pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas, diretas ou indiretas, decorrente da execução do objeto do presente Termo de Referência, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;
- 17.15. Garantir a melhor eficiência dos objetos, atendidas as especificações exigidas neste Termo de Referência;
- 17.16. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);
- 17.17. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência;
- 17.18. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, os respectivos comprovantes;
- 17.19. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for

necessário;

17.20. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes;

17.21. O serviço deverá ser entregue acompanhado respectivamente de nota fiscal ou instituto equivalente com o nome e a caracterização clara e precisa, contendo também o número da Nota de Empenho firmada com o CONTRATANTE;

#### **18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

18.1. Aprovar a equipe técnica da Contratada responsável pela elaboração do inventário;

18.2. Aprovar o plano de trabalho;

18.3. Reunir-se com a Contratada, conforme necessidade da execução contratual (reunião virtual);

18.4. Receber e revisar os produtos entregues pela Contratada;

18.5. Atestar e pagar as etapas cumpridas e aceitas;

18.6. Efetuar o pagamento de acordo com o previsto neste Termo de Referência;

18.7. Exercer, a seu critério e através de servidor ou de pessoas previamente designadas, ampla, irrestrita e permanente fiscalização da execução do contrato;

18.8. Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes ao objeto deste termo;

18.9. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, a Contratada que:

19.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

19.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

19.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

19.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

19.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

19.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

19.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

19.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

19.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

19.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

19.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. As possíveis sanções que poderão ser aplicadas são as seguintes:

19.3. Advertência;

19.4. Multa;

19.5. Impedimento de licitar e contratar;

19.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

19.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.7.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.7.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.7.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.7.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

#### **20. DA GARANTIA CONTRATUAL**

20.1. A CONTRATADA deverá apresentar após a assinatura do contrato e anterior à emissão da ordem de serviço, garantia contratual de 3% (três por cento) do valor do contratado, nas modalidades abaixo:

- 20.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 20.1.2. Seguro-Garantia;
- 20.1.3. Fiança Bancária.
- 20.2. Caso ocorra prorrogação do contrato, o mesmo percentual exigido deverá ser renovado;
- 20.3. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa quitou todas as obrigações derivadas da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, será utilizada para o pagamento das obrigações não adimplidas.

## **21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 21.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

## **22. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 22.1. A contratação prevista neste termo tem amparo legal na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e no Decretos Estadual nº 11.363 de 22 de novembro de 2023.

## **23. RESCISÃO CONTRATUAL**

- 23.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em lei ou regulamento;
- 23.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no ato convocatório;
- 23.3. A extinção do contrato poderá ser:
  - 23.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - 23.3.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - 23.3.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;
- 23.4. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 23.5. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

## **24. LOCAL DA ENTREGA DO OBJETO**

- 24.1. Os serviços deverão ser entregues, na sede do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC, conforme endereço a seguir relacionado: Av. Nações Unidas, 233, Bairro: José Augusto, Rio Branco/AC, CEP 69900-721, de acordo com as Ordens de Serviços, emitidas pelo IMC e devidamente assinadas pelo ordenador de despesas.

## **25. LOCAL DE REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO**

- 25.1. O processo licitatório deverá ocorrer em Rio Branco/AC, na sede da Secretaria Adjunta de Licitações do Acre, Situada à Estrada do Aviário, 927, Bairro Aviário, CEP: 69.900-830.
- 25.2. No presente certame não terá item destinados a participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, pois valor estimado para o item é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);
- 25.3. A licitação utilizará o seguinte critério de julgamento: Menor Preço por Lote;
- 25.4. No valor global da proposta apresentada deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes a execução do objeto deste Termo;
- 25.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:
  - 25.5.1. Servidor de qualquer Órgão ou ENTIDADE vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
  - 25.5.2. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 25.5.3. Sociedades Cooperativas;
  - 25.5.4. OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) atuando nessa condição (Acordão 746/2014 – TCU Plenário).

## **26. DOS CASOS OMISSOS**

- 26.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor com suas posteriores alterações e legislação correlata.

## 27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 27.1. As normas que disciplinam este Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 27.2. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste procedimento e da compra dele originada será competente o Foro da Comarca da Capital do Estado do Acre;
- 27.3. Em caso de divergência entre as disposições do Edital e deste Termo de Referência prevalecerão as deste Termo de Referência;
- 27.4. Este Termo de Referência seguirá assinado pelo elaborador, pelo responsável da unidade administrativa requisitante e pela autoridade competente pela aprovação desde que de oportunidade e conveniência;
- 27.5. O presente termo de referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no artigo 94 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública do Estado do Acre.;
- 27.6. Ante o exposto, submete-se o presente Termo de Referência ao exame dos responsáveis por sua aprovação.

Elaborado por:

**Edmar de Azevedo Monteiro Neto**  
Divisão de Compras, Contratos e Convênios – DIVCCC  
Portaria IMC n.º 38, de 30 de Abril de 2024

Aprovado por:

**Patrício da Silva de Albuquerque**  
Chefe do Departamento de Gestão do Instituto de Mudanças Climáticas e  
Regulação de Serviços Ambientais - IMC  
Portaria IMC nº 038/2023

**Jaksilande Araújo de Lima**  
Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e  
Regulação de Serviços Ambientais - IMC  
Decreto nº 8.164-P/2024



Documento assinado eletronicamente por **EDMAR DE AZEVEDO MONTEIRO NETO, Chefe de Divisão**, em 09/03/2026, às 10:06, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIO DA SILVA ALBUQUERQUE, Chefe de Departamento**, em 09/03/2026, às 10:16, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JAKSILANDE ARAÚJO DE LIMA, Presidente**, em 09/03/2026, às 15:17, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019736106** e o código CRC **742895A3**.



## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DE CONTRATO nº 4/2026/IMC - DIVCCC

**Unidade Gestora: INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC**

MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_\_/2026  
Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE CELEBRAM ENTRE SI O **INSTITUTO DE  
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO  
DE SERVIÇOS AMBIENTAIS** E A EMPRESA  
**XXXXXXXXXX**.

O **INSTITUTO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E REGULAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS - IMC**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 13.404.434/0001-07, com sede na Avenida Nações Unidas, 233, 3º andar, Bairro José Augusto, município de Rio Branco/AC, neste ato representado pela sua Presidente, Sra. **JAKSILANDE ARAÚJO DE LIMA**, nomeada pelo Decreto Estadual n.º 8.164-P/2024, publicado em Diário Oficial do Estado n.º 13.886-A, portadora da cédula de identidade RG n.º XXXXX SSP/AC, inscrita no CPF sob o n.º XXXXXXXXXXXXXXXXX, residente à rua XXXXXXXXXXXXXXXXX, município de Rio Branco/AC, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXXX, estabelecida à XXXXXXXX, XXX, XXXXXXXXXXXX, município de XXXXXXXX/XX, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor (a) **XXXXXXXXXXXX**, portadora da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, inscrita no CPF sob o n.º XXXXXXXX, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei n.º 14.133/2021 e legislação correlata, sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a Contratação de serviços profissionais de especialista para elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE dos principais setores de produção do Acre, nos anos base de 2018 a 2022, definindo as metas para o setor florestal do Acre, e impressão de 300 exemplares do inventário.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto deste Contrato, o valor global de R\$ XXXXXXXXXXXX

2.2. Quaisquer tributos, encargos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta da CONTRATADA ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o serviço ser executado sem ônus adicional à CONTRATANTE.

2.3. Os preços constantes da proposta anexa a este Contrato são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

2.4. A CONTRATADA é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários na planilha de custos e formação de preços. Portanto, em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

I - cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

II - cotação de percentual maior que o adequado: para atender as orientações dos Acórdãos TCU nº 3.037/2009-Plenário, nº 1.696/2010-2ª Câmara, nº 1.442/2010-2ª Câmara e nº 387/2010-2ª Câmara, o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa/dedução, quando do pagamento ou da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes das contratações do objeto correrão por conta dos recursos consignados no **Programa de Trabalho: 18541146011400000; Elemento de Despesas: 33.90.35.00 (Serviços de Consultoria); Fonte de Recursos: 2.703.0202 - Fundo Amazônia II e Nota de Empenho: XXXXXXXX**.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ATIVIDADES E PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

4.1. O consultor deverá desempenhar as seguintes atividades, que serão executadas em formato de relatórios técnicos:

4.1.1. **Identificação das Fontes e Setores de Emissão de GEE:** Identificar as fontes e os setores de emissão de GEE no Estado do Acre, considerando diferentes atividades, como agropecuária, indústria, transporte, energia e uso da terra;

4.1.2. **Quantificação das Emissões de GEE:** Quantificar as emissões de GEE em cada setor, utilizando metodologias reconhecidas internacionalmente e considerando as particularidades da região amazônica;

4.1.3. **Avaliação da Capacidade de Sequestro de Carbono:** Avaliação da capacidade de sequestro de carbono das florestas e outros ecossistemas no estado, de forma a quantificar as remoções de GEE;

4.1.4. **Identificação e Avaliação das Medidas de Mitigação:** Identificar as principais medidas de mitigação já implementadas no estado e avaliar sua efetividade na redução das emissões de GEE;

4.1.5. **Proposição de Medidas de Mitigação Adicionais:** Propor medidas de mitigação adicionais, considerando a adequação técnica, econômica e social, para reduzir as emissões de GEE e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre;

4.1.6. **Capacitação e Treinamento da Equipe Técnica:** Realizar capacitação e treinamento para a equipe técnica do Estado do Acre, garantindo que todos estejam capacitados para a realização dos próximos inventários de gases de efeito estufa;

4.1.7. **Impressão de Exemplares do Inventário:** Impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE.

4.2. **PRODUTO 1:** Um Relatório completo, que apresente informações detalhadas sobre as emissões e remoções de GEE no Estado do Acre durante os anos base de 2018 a 2022, dos principais setores de produção, bem como recomendações para aprimorar a gestão ambiental e promover a transição para uma economia de baixo carbono, além da proposição de metas para o setor florestal do Acre. Especificamente, o relatório deve conter:

4.2.1. Introdução: Descrição do contexto do inventário, justificativa e objetivos do estudo;

4.2.2. Metodologia: Detalhamento das metodologias utilizadas para a coleta, análise e interpretação dos dados, incluindo o estabelecimento de limites geográficos e temporais, as fontes de dados, as equações de cálculo e as incertezas associadas;

4.2.3. Resultados: Apresentação dos dados de emissões e remoções de GEE por setor, identificação das principais fontes de emissão e remoção, análise das tendências temporais, comparação com inventários anteriores;

4.2.4. Análise e discussão: Interpretação dos resultados, avaliação da efetividade das políticas de mitigação em vigor, identificação das principais oportunidades e desafios para a redução das emissões de GEE no estado, buscando a definição das metas do setor florestal.

4.3. **PRODUTO 2:** Relatório de Capacitação e Treinamento - Um relatório detalhado das atividades de capacitação e treinamento realizadas para a equipe técnica do Estado do Acre. Especificamente, o relatório deve conter:

4.3.1. Plano de Capacitação: Descrição dos objetivos da capacitação, público-alvo, cronograma, conteúdos programáticos e metodologias de ensino a serem utilizadas.

4.3.2. Material Didático: Apresentação dos materiais didáticos e recursos pedagógicos desenvolvidos e utilizados durante a capacitação, incluindo apostilas, apresentações, vídeos, estudos de caso, entre outros.

4.3.3. Realização das Atividades de Capacitação: Descrição das atividades de capacitação realizadas, incluindo palestras, workshops, seminários e sessões práticas, com detalhamento dos conteúdos abordados e das dinâmicas de grupo realizadas.

4.3.4. Avaliação da Capacitação: Descrição dos métodos de avaliação utilizados para medir o aprendizado dos participantes e a eficácia da capacitação, incluindo resultados de testes, questionários de feedback e observações qualitativas.

4.3.5. Certificação: Descrição do processo de certificação dos participantes que concluíram com sucesso a capacitação, incluindo a emissão de certificados de participação e/ou competência.

4.3.6. Recomendações: Propostas de ações futuras para garantir a continuidade do desenvolvimento das capacidades técnicas da equipe do Estado do Acre, com sugestões para treinamentos adicionais, atualizações periódicas e mecanismos de suporte técnico.

4.4. **PRODUTO 3:** Impressão de 300 Exemplares do Inventário - Impressão de 300 exemplares do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE com as seguintes características:

4.4.1. Qualidade de Impressão: Alta resolução, com cores vivas e bem definidas, garantindo uma experiência de leitura agradável e sem distorções.

- 4.4.2. Acabamento: Utilização de capas resistentes, com opções de laminação ou verniz, para proteção e durabilidade.
- 4.4.3. Papel de Qualidade: Escolha de papel adequado ao tipo de livro, como papel offset de alta gramatura para livros de texto ou papel couchê para livros ilustrados.
- 4.4.4. Encadernação: Uma encadernação segura, que permita abrir o livro sem danificar o miolo, seja com costura ou colagem de alta qualidade.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

- 5.1. A vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados a partir da assinatura do contrato, observado as determinações contidas na legislação pertinentes.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 6.1. A CONTRATADA deverá apresentar após a assinatura do contrato e anterior à emissão da ordem de serviço, garantia contratual de 3% (três por cento) do valor do contratado, nas modalidades abaixo:
- 6.1.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- 6.1.2. Seguro-Garantia;
- 6.1.3. Fiança Bancária.
- 6.2. Caso ocorra prorrogação do contrato, o mesmo percentual exigido deverá ser renovado;
- 6.3. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa quitou todas as obrigações derivadas da contratação. Caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, será utilizada para o pagamento das obrigações não adimplidas.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DESCRIÇÃO DETALHADA DOS SERVIÇOS E METODOLOGIAS DE EXECUÇÃO**

### **7.1. METODOLOGIA**

- 7.1.1. A metodologia a ser utilizada na elaboração dos inventários é a estabelecida pelas Diretrizes para Inventário Nacional de Gases do Efeito Estufa (2006) do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).
- 7.1.2. A metodologia é compatível com a norma ABNTNBR ISO 14064, que especifica princípios e requisitos no âmbito das organizações para a quantificação e para a elaboração de relatórios de emissões e remoções de GEE, incluindo determinações para o projeto, o desenvolvimento, o gerenciamento, a elaboração de relatórios e a verificação de inventários de GEE nas organizações.

### **7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA**

- 7.2.1. A contratada deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à elaboração de inventário de emissões de gases de efeito estufa.
- 7.2.2. Experiência comprovada, na elaboração de Inventários de Gases de Efeito Estufa (GEE);
- 7.2.3. Conhecimento das metodologias de elaboração de Inventários de GEE, com as diretrizes do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas);
- 7.2.4. Conhecimento sobre as emissões de GEE associadas aos setores de produção, como agropecuária, energia, transporte, indústria e resíduos;
- 7.2.5. Conhecimento sobre as políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas e às emissões de GEE no Brasil e no mundo;
- 7.2.6. Conhecimento sobre as ferramentas e tecnologias disponíveis para monitoramento e quantificação de emissões de GEE;
- 7.2.7. Conhecimento em políticas públicas e em gestão ambiental;
- 7.2.8. Experiência de atuação na Amazônia

### **7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS**

- 7.3.1. Considerando que o presente objeto é um serviço técnico de Engenharia Ambiental a empresa deverá apresentar a qualificação técnica da equipe: currículo e formação superior em área compatível, garantindo o devido registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de pelo menos um dos membros da Equipe, no CREA/AC ou no CREA sede da Empresa;
- 7.3.2. Especialização ou Mestrado em áreas relacionadas à conservação, meio ambiente, mudanças climáticas, economia, gestão de recursos naturais, monitoramento da biodiversidade, políticas públicas ou áreas afins;
- 7.3.3. A empresa deverá apresentar a qualificação técnica da equipe: currículo e formação superior em área compatível com o objeto da contratação, bem como a indicação do Responsável Técnico pelos Relatórios Finais;
- 7.3.4. Prova do registro dos profissionais integrantes da Equipe Técnica no respectivo Conselho de Classe, à exceção dos profissionais que não possuem Conselho de Classe.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 8.1. Prestar os serviços dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, eficiência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida no presente Termo de referência;
- 8.2. Cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no presente Termo de Referência, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento do que foi acordado no ajuste (CONTRATO);
- 8.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto adquirido e dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Contratante;
- 8.4. Cumprir as cláusulas contratuais e sempre que solicitado, deverá dirimir quaisquer esclarecimentos julgados necessários pela Contratante;
- 8.5. A CONTRATADA, no ato do pagamento, tem que estar em dias com todas as obrigações legais e apresentar todas as certidões que comprovem tal regularidade;
- 8.6. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do Contratante ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- 8.7. Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada no cumprimento das obrigações assumidas;
- 8.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- 8.9. Responder por todas as despesas de natureza tributária, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre a prestação dos serviços bem como as despesas com passagens aéreas, deslocamentos, hospedagem e alimentação do instrutor, sem nenhum ônus ao CONTRATANTE;
- 8.10. Garantir a melhor eficiência dos objetos, atendidas as especificações exigidas no presente Termo de Referência;
- 8.11. Não veicular em hipótese alguma, publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades referentes ao fornecimento do Objeto no presente Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE, mantendo total sigilo das informações (escritas, faladas, áudio, vídeo, imagens e produtos);
- 8.12. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer situação que caracterize descumprimento das obrigações constantes no presente Termo de Referência;
- 8.13. Manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação exigidas para fins de contratação pela Administração Pública, apresentando, sempre que exigido pelo CONTRATANTE, os respectivos comprovantes;
- 8.14. Indicar preposto, quando for o caso, aceito pelo CONTRATANTE, para representá-la sempre que for necessário
- 8.15. Observar, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), o Código Civil Brasileiro, as Normas Técnicas, as Leis e os regulamentos pertinentes.
- 8.16. Providenciar transporte, acomodação e arcar integralmente com todos os custos referentes a equipe trazida de fora do Estado, a fim de executar o objeto do presente Contrato;
- 8.17. Providenciar e arcar com as despesas referentes ao local em que serão ministradas as aulas e práticas, bem como a todos os materiais e equipamentos de apoio que se façam necessários.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 9.1. Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas no Contrato, e em conformidade com a legislação vigente;
- 9.2. Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação das normas e especificações aplicáveis aos serviços ora contratados;
- 9.3. Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso da CONTRATADA às dependências da unidade do CONTRATANTE, onde serão realizados os serviços, desde que devidamente identificados;
- 9.4. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados na prestação dos serviços;
- 9.5. Notificar por escrito, à CONTRATADA, a aplicação de eventuais multas contratuais;
- 9.6. Proceder à fiscalização dos serviços executados;
- 9.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, devendo ser exercido pelo Gestor e pelo Agente Fiscalizador do Contrato, na forma da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 10.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Agente Fiscalizador deverão ser solicitadas ao Gestor, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

10.3. A comunicação entre a Gestão e/ou Fiscalização Contratual e a CONTRATADA será por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução da contratação.

10.4. Ao Gestor e Agente Fiscalizador do Contrato designados pela CONTRATANTE caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital de licitação e seus anexos.

10.5. O gestor e Agente Fiscalizador do Contrato podem sustar qualquer trabalho/entrega que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

10.6. A não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

10.7. A análise da documentação fiscal, trabalhista e previdenciária caberá ao gestor ou ao fiscal do Contrato.

10.8. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas será realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado (art. 31, § 3º, da Instrução Normativa nº 02/2008-SLTI/MP).

10.9. Para a efetiva gestão e fiscalização contratual, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos:

I - no primeiro mês da prestação dos serviços, e sempre que houver admissão de novos empregados:

a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

c) exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

II - até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do Contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade dos mesmos no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

III - quando solicitado pela Administração, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante;

c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo Contrato;

IV - quando da extinção ou rescisão do Contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no Contrato:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

10.10. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no subitem “d” do item anterior no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

10.11. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da

Administração.

10.12. Quando do encerramento do Contrato, até que a contratada comprove o pagamento das verbas rescisórias ou que os empregados tenham sido realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do Contrato de trabalho, a CONTRATANTE reterá a garantia prestada e os valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviço, podendo utilizá-los para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a CONTRATADA não efetuar os pagamentos em até 2 (dois) meses do encerramento da vigência contratual.

10.13. Caberá também ao Gestor ou Agente Fiscalizador do Contrato:

I - comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal do Brasil (RFB) qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.

II - comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados.

10.14. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

10.15. A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento se dará ao até o 30º (trigésimo) dia após o fechamento de cada mês, e será efetuado mediante nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela contratante, anexado à relatório de produção constituído de:

11.1.1. Relação de alunos matriculados;

11.1.2. Frequência e aproveitamento, parcial e global, de cada aluno;

11.1.3. Comprovante de pagamento, pelo aluno, de sua coparticipação referente ao mês em curso.

11.2. Os pagamentos ficam condicionados à apresentação do relatório de produção supra. Em nenhuma hipótese, o Estado pagará sua coparticipação sem a comprovação do adimplemento prévio do aluno no mês em curso;

11.3. Em caso de inadimplemento de sua cota-parte, pelo aluno, a Contratada poderá realizar a apresentação, em até 2 (duas) produções subsequentes, a fim de receber a cota-parte do Estado em Referência. Em caso de atraso superior a três meses, o aluno deverá ser imediatamente desligado, não cabendo qualquer indenização adicional por parte do Estado.

11.4. Em caso de desistência, por quaisquer razões, somente será devido, pelo Estado, a cota-parte referente ao mês em que o aluno efetivamente frequentou o curso e realizou seu pagamento. Do contrário, nada será devido.

11.5. O Estado somente arcará com 20 (vinte) meses de coparticipação por aluno. Em caso de prolongamento do prazo, por quaisquer razões, bem como em caso de aplicação de segundas chamadas, repescagens ou congêneres, nenhum valor adicional será devido pelo Estado.

11.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.7. Verificada a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado, perante o SICAF e TST, sem prejuízo do pagamento, a CONTRATANTE notificará, por escrito, a CONTRATADA da ocorrência, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, promova a regularização ou apresente sua defesa, sob pena de rescisão do Contrato (Instrução Normativa nº 04/2013-SLTI/MP)

11.8. A existência de registro no SICAF de aplicação de penalidade à empresa CONTRATADA por órgão da Administração Pública não obsta o pagamento.

11.9. A Nota Fiscal/Fatura Eletrônica será obrigatoriamente atestada pelo Gestor e Agente Fiscalizador da CONTRATANTE, designados para acompanhar e fiscalizar os serviços, desde que os mesmos tenham sido executados a contento, sem o que não poderá ser feito o pagamento correspondente.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada.

11.11. A CONTRATANTE pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Contrato.

11.12. Os documentos de cobrança deverão ser emitidos com o CNPJ indicado no preâmbulo do Contrato. Caso haja mudança do CNPJ, a CONTRATADA deverá solicitar sua alteração, com as devidas justificativas, apresentando a mesma documentação exigida na licitação para análise e aprovação. Após a análise, sendo aprovada a alteração, será formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato Original.

11.13. Caso o documento de cobrança apresente erro ou inconsistência, acarretará a devolução do referido documento, dentro do prazo estipulado para atesto, interrompendo-o quando da devolução, devendo a CONTRATADA encaminhar nova

cobrança para o devido atesto.

11.14. Sendo identificada cobrança indevida após o pagamento do documento de cobrança, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para que seja feito o acerto no faturamento do mês subsequente, ou no caso do Contrato já encerrado o imediato reembolso do valor.

11.15. Ocorrendo atraso no pagamento, haverá compensação financeira sobre o valor devido, desde que para tanto a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma e que por essa seja requerida, serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da fórmula demonstrada a seguir, para o período compreendido entre a data prevista para o adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

$I$  = Índice de atualização financeira;

$TX$  = Percentual da taxa de juros de mora anual;

$EM$  = Encargos Moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da Parcela em atraso.

11.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e a realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, sem prejuízo das sanções cabíveis e a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista neste Contrato.

11.17. Quando não for possível a realização dos pagamentos a que se refere o item anterior pela CONTRATANTE, esses valores retidos por precaução serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS.

11.18. Haverá o desconto na fatura a ser paga pela Agência, do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados que expressamente optaram por não receber o benefício (Orientação Normativa nº 03/2014-SLTI/MP).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

12.1. A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou deixar de entregar documentação exigida no presente Termo de Referência, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeita às sanções previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22 de novembro de 2023 e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

12.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada “se houver”, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

12.3. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.5. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

12.6. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no subitem 1.1, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

12.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.8. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade responsável durante a realização do processo ou ao fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade responsável durante a execução do contrato.

12.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à empresa o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.

12.10. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.

12.11. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no Inciso XIV, Art. 92 da Lei 14.133/2021, bem como o disposto no Decreto Estadual nº. 11.363/2023, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório;

12.12. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais - IMC, até o 2º (segundo) dia útil anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento de material;

12.13. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº. 14.133/21 ou no Decreto Estadual 11.363/2023, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista na legislação vigente;
- c) Impedimento de licitar ou contratar; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.14. A sanção prevista no inciso II do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei Federal nº 14.133/2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO**

13.1. Compromisso com a Integridade: A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

13.2. Conformidade com a Legislação: A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

13.3. Canal de Denúncias: A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias do Instituto, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

**E-mail:** imc.gabinete@gmail.com / imc.ouvidoria@ac.gov.br / falabr.cgu.gov.br/web/home

**Telefone:** 68 3223 1933 / 68 3223 9962 / 68 9902 2120 (ouvidoria)

**Endereço:** Av. Nações Unidas, 233, Bairro: José Augusto, Rio Branco/AC, CEP 69900-721.

### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. A Contratada poderá fazer a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

14.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

14.2.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

14.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

14.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

14.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Estado, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 94, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Rio Branco, Capital do Estado do Acre.

E assim, por estarem às partes de acordo, justas e acordadas, foi lavrado o presente termo, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito.



**Jaksilande Araújo de Lima**  
Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais  
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa  
Contratada



Documento assinado eletronicamente por **EDMAR DE AZEVEDO MONTEIRO NETO, Chefe de Divisão**, em 09/03/2026, às 09:21, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019742680** e o código CRC **5C2AA2BB**.

Referência: Processo nº 0820.007399.00006/2024-21

SEI nº 0019742680

### ANEXO III DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

EMAIL: \_\_\_\_\_

TELEFONE: \_\_\_\_\_

#### CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 14.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

OU

#### INSERIR A TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA AQUI

Item	Especificação	Unid.	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	xx	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

#### Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

## ANEXO IV DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

**NÃO SE APLICA**

---

**Referência:** Processo nº 0820.007399.00006/2024-21

SEI nº 0019796547



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060

Telefone: - [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br)

**1ª NOTIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2026 - COMPRASGOV N.º 90088/2026 – 2026**

Prezados senhores, trata-se do processo licitatório **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 088/2026 - COMPRASGOV N.º 90088/2026 – 2026**, cujo objeto é a Contratação de serviços profissionais de especialista para elaboração do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - GEE dos principais setores de produção do Acre, nos anos base de 2018 a 2022, definindo as metas para o setor florestal do Acre.

A **PREGOEIRA** comunica aos interessados que o Pregão acima mencionado, Aviso de Licitação: publicado no Diário Oficial do Estado nº 14.222, e Jornal Opinião, pág. 11, ambos do dia 12/03/2026, e Diário Oficial da União – Seção 3, nº 50, publicado no dia 16/03/2026; e ainda no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.ac.gov.br](http://www.ac.gov.br), da **NOTIFICAÇÃO** provocada por pedidos de esclarecimento e/ou impugnação nos termos abaixo:

**1. DA IMPUGNAÇÃO, QUESTIONAMENTOS E RESPOSTAS DO ÓRGÃO:**

**EMPRESA “A”:** Solicita os esclarecimentos abaixo:

1. Qual a diferença de "feedback imediato da equipe técnica" em Anexo I - item 7.2 para a análise que será feita em Anexo I - item 7.3 que menciona "feedback detalhado"?
2. Em Anexo I - item 7.4 é citado "após a aprovação das adequações..." essa aprovação acontecerá na reunião prevista em Anexo I - item 7.3? Se não, quando e de qual forma será feita a formalização da aprovação?
3. Em relação à Capacitação e Treinamento da Equipe Técnica (Anexo I - item 4.1.6):

O presente edital não prevê carga horária. No início do projeto a carga horária será definida junto às equipes técnicas da contratada e da licitante?

O edital não estabelece o formato da capacitação - conferência online ou presencial. No início do projeto o formato de execução da capacitação será definido junto às equipes técnicas da contratada e da licitante?

1. Em Anexo I - item 5.4.3 não é definida uma estimativa de páginas. Quem será o responsável por definir o número de páginas - licitante ou contratada?
2. Em Anexo I - item 5.5.3, o boneco de prova que consiste na entrega de um exemplar deve ser o documento impresso ou pode ser enviado em formato digital?
3. Em Anexo I - item 5.4.2 as especificações de impressão são "Formato Final: A4 (210 x297mm) ou fechado 21x28cm (conforme projeto gráfico)". Já em Anexo I - item 7.9 "O tamanho padrão será de 14 x 21 cm, permitindo um bom aproveitamento do papel." Qual dimensão deverá ser considerada?
4. Em Anexo II - item 5.1 indica a vigência contratual de 8 meses. Por que o cronograma de execução e entrega em Anexo I - item 16.2 considera as entregas em até 4 meses? Seria possível retificar o cronograma de entrega, considerando o período total contratual de 8 meses? Pois avaliando o cronograma de entregas, a duração 4 meses para a realização de toda atividade é um prazo EXTREMAMENTE curto, considerando os 5 inventários (2018, 2019, 2020, 2021 e 2022).

## RESPOSTA:

**1. Sobre a distinção dos Feedbacks (Itens 7.2 e 7.3 do Anexo I):** Esclarece-se que o "feedback imediato" (item 7.2) refere-se às manifestações verbais e impressões preliminares colhidas durante a reunião de apresentação dos resultados, visando agilidade em ajustes macro. Já o "feedback detalhado" (item 7.3) consiste em parecer técnico formal e por escrito, emitido pela equipe do IMC após análise minuciosa do documento entregue, detalhando pontos técnicos específicos que demandem revisão ou aprofundamento.

**2. Sobre a Formalização da Aprovação (Item 7.4 do Anexo I):** A aprovação das adequações mencionada no item 7.4 ocorrerá de forma documental. Após a reunião de feedback (7.3) e o envio da versão corrigida pela contratada, o IMC emitirá um comunicado formal de aceite técnico via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). A aprovação definitiva é condição para o prosseguimento das etapas de diagramação e impressão.

**3. Sobre a Capacitação e Treinamento (Item 4.1.6 do Anexo I):**

**3.1. Carga Horária:** O Edital não fixa carga horária rígida para permitir que a licitante proponha, em seu Plano de Trabalho, uma metodologia que garanta a efetiva transferência de conhecimento. A carga horária final será validada pelo IMC no início do contrato.

**3.2. Formato:** Em complemento ao item 7.6, esclarece-se que **o treinamento deverá ser realizado obrigatoriamente em formato presencial**. Esta exigência justifica-se pelo objetivo estratégico do Governo do Estado em garantir o máximo engajamento e absorção de conhecimento pelos servidores. Considerando que o intuito maior desta contratação é conferir **autonomia e soberania técnica ao IMC e ao Estado do Acre** para a realização de seus próprios inventários futuros, a interação presencial é considerada indispensável para assegurar que a equipe local assuma essa prerrogativa institucional com excelência.

**4. Sobre a Estimativa de Páginas (Item 5.4.3 do Anexo I):** O número de páginas será definido pela Contratada, de acordo com a densidade técnica dos dados levantados. Não há limitação de páginas, desde que o conteúdo atenda integralmente ao escopo técnico. O projeto gráfico final, no entanto, deve ser submetido à aprovação da contratante.

**5. Sobre o Boneco de Prova (Item 5.5.3 do Anexo I):** O boneco de prova deve ser entregue em **formato físico (impresso)**. Tal exigência visa garantir a conferência da qualidade do papel, cores, acabamento e legibilidade antes da autorização da tiragem total.

**6. Sobre a Divergência de Dimensões (Itens 5.4.2 e 7.9 do Anexo I):** Para fins de padronização, deverá ser considerada a dimensão especificada no **item 7.9**, qual seja: **14 x 21 cm**. Esta medida prevalece por ser a especificação técnica detalhada para o acabamento final, visando a sustentabilidade e o melhor aproveitamento do papel.

**7. Sobre a Vigência e Cronograma de Entrega (Item 16.2 e Anexo II):** A vigência contratual de **8 meses** é estabelecida para cobrir não apenas a entrega técnica, mas também o período de análise, revisões, trâmites de pagamento e encerramento administrativo. O cronograma de execução de **4 meses** reflete a necessidade estratégica do Estado do Acre em obter os dados para cumprimento de metas climáticas internacionais. O prazo é considerado exequível para empresas com expertise no setor, dado que os dados de 2018 a 2022 já se encontram consolidados em bases secundárias, dependendo de tratamento especializado.

Dito isso, manifesto-me tecnicamente pela possibilidade de prosseguimento do certame, uma vez que os ajustes propostos preservam o interesse público, a exequibilidade do objeto e o fortalecimento do corpo técnico estadual.

**Leonardo Ferreira Lima Filho**

Diretor Executivo Técnico do Instituto de Mudanças Climáticas e

Regulação de Serviços Ambientais - IMC

Portaria IMC nº 84/2024

## 2. NOTIFICAÇÃO

1. Desta forma, a Pregoeira da Divisão de Pregão - DIPREG, após a resposta aos pedidos de esclarecimento, informa que a data da abertura da licitação passará a conter a seguinte redação:

**Data de abertura: 18/05/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**  
**Retirada: 28/04/2026, até a data de abertura**

Rio Branco – AC, 24 de abril de 2026.

**Sandra Maria Nunes Barbosa**  
Pregoeira SELIC/DIPREG  
Portaria SEAD Nº 262 de 12/03/2025



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARIA NUNES BARBOSA, Pregoeiro(a)**, em 24/04/2026, às 10:32, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020493660** e o código CRC **12CAB8B6**.

Referência: Processo nº 0820.007399.00006/2024-21

SEI nº 0020493660